

Instrumentos de Conversão: a gramática e o catecismo Kiriri utilizados na catequese jesuítica na antiga aldeia do Geru (1683-1759)

Ane Luíse Silva Mecenas Santos¹

A presença dos jesuítas na referida capitania é identificada desde a primeira tentativa de colonização, ainda no século XVI. Na área compreendida entre as Capitanias da Bahia e Pernambuco, da mesma forma como em outras partes da América, a Companhia de Jesus desempenhou um papel importante na estruturação da colonização favorecendo, dessa forma, o domínio dos europeus. A nova ordem tornou-se sujeito do processo de colonização graças à execução da sua política de desbravar o Novo Continente, na tentativa de “salvar” os infieis, que correspondia a uma política do Estado português.

Os primeiros registros que comprovam a ocupação jesuítica são datados de 1575, com a fundação das aldeias São Tomé, Santo Inácio e São Paulo pelo padre Gaspar Lourenço e pelo irmão Salônio (NUNES, 1996. p.225). Na Capitania de Sergipe Del Rey, nota-se que as primeiras tentativas de efetuar as missões entraram em atrito com os objetivos donos de Sesmarias da região. Esse atrito prejudicou as atividades de catequese. As missões foram destruídas e muitos índios foram mortos, enquanto outros se tornaram prisioneiros.

Quando, em 1590, Cristóvão de Barros conseguiu executar os interesses da metrópole e passou a consolidar o processo de colonização na região, os membros da Companhia de Jesus receberam sesmarias. Inicialmente, inacianos ocuparam terras próximas ao rio Real e ao rio Vasa Barris. Em seguida, os padres partiram rumo ao sertão nas proximidades com o rio São Francisco².

Dentre as diversas áreas de ocupação dos jesuítas, na Capitania de Sergipe Del Rey, está a missão de Geru. A antiga aldeia kiriri passou a ser comandada pelos interesses de catequese da Companhia de Jesus, o que só foi possível após anos de divergências com “a gente da Torre” (DIAS, 1950, p.379).

Em 17 de janeiro de 1683 os inacianos compraram as terras do sítio chamado Ilha, dos membros da Ordem Carmelita pela quantia de quinhentos mil réis

¹ Mestranda em História e Cultura Histórica pela Universidade Federal da Paraíba.

² Entretanto no século XVII os capuchinhos passaram a assumir o papel de coordenar missões localizadas próximo ao Rio São Francisco.

(Documentos Históricos, 1944. p.104-112). Mesmo não sendo exatamente nessa data que os jesuítas se fixaram na aldeia, esse foi o marco do início de sua presença no “sertão” da Capitania de Sergipe, e o estabelecimento de sua única missão na referida Capitania. A permanência dos “soldados de Cristo” na localidade é interrompida em 1758, por determinação do Marquês de Pombal, quando a aldeia do Geru foi elevada à vila, com o nome de Tomar. Atualmente, a local da antiga aldeia se encontra inserido no município de Tomar do Geru.

É nesse cenário do encontro – ou do choque – entre duas culturas que esse trabalho se desenrola. Nesse momento de mestiçagem cultural propomos discutir as representações da catequese jesuítica na aldeia do Geru, no período de 1683 a 1758 presentes nesse momento de fronteira. Conforme nos apresenta Gruzinski (2001) a mestiçagem teria sido mais agressiva do que a hibridização, por ter sido exógena e, sobretudo, marcada pela improvisação.

O conhecimento acerca do projeto catequético jesuítico tem sido rediscutido nos últimos tempos por pesquisadores graças à quantidade de documentos produzidos por esses padres quando se encontram nos aldeamentos, ou nas escolas e fazendas. A obrigação de sempre enviar notícias à sede da ordem em Roma, contribuiu para preservação de uma gama de testemunhos referente às dificuldades, os êxitos e os fracassos que ocorreram durante atuação do projeto catequético desenvolvido durante o período colonial.

Além dos tradicionais votos de castidade, pobreza e obediência, os jesuítas dedicavam um respeito direto aos desígnios do Papa. A submissão era necessária, principalmente pela dificuldade do controle efetivo dos membros estabelecidos em locais tão distantes. Os companheiros deveriam aceitar as ordens encaminhadas pelos superiores como se fossem produtos da própria consciência. A comunicação entre os discípulos era feita pelo envio de cartas e relatórios prestando contas das ações desenvolvidas, transmitindo informações sobre o trabalho de catequese, bem como pedidos de ajuda para desenvolver as atividades³. Através das correspondências eram também remetidos os castigos, tais como penitências ou jejum, referentes a alguma falha cometida pelos filhos de Jesus (LEITE, 1953).

Segundo Serafim Leite (1945, p.325), o aldeamento aparece no catálogo de 1692, como estando sob “*assistência dos padres Luiz Mamiani e João Baptista Beagel*

³ O Padre Serafim Leite produziu uma obra intitulada Cartas dos Primeiros Jesuítas (1553-1558) em que apresenta uma compilação de cartas dos inacianos do Brasil para Roma.

e o Ir. Manuel de Sampaio, estudante da língua Quiriri”. O nome da aldeia nesse catálogo é Juru, que, com base no tupi, significa boca, entrada e um tempo depois passou a ser Geru, cujo sentido é lagarto. Nunes, apoiada no manuscrito de José da Motta Bacellar⁴ aponta como provável data para o início da catequização, o ano de 1688. É possível que antes da fixação dos jesuítas no aldeamento, os padres tenham desempenhado as atividades de catequese por meio de uma missão ambulante. Isso pode explicar as diferentes datas indicadas pelos autores citados e que tentam justificar a presença dos inacianos na aldeia do Geru.

Durante o período da ocupação jesuítica na Missão do Geru, os padres para desempenhar as atividades de catequese estudaram a forma de comunicação com os índios Kiriri. Como já foi citado, Serafim Leite afirma que o irmão Manuel de Sampaio era estudante da língua local. Mas, foi o Padre João de Barros que codificou as informações e elaborou a gramática e o Catecismo Kiriri. Existe um trabalho de Maria de Lourdes Bandeira (1972) que faz uma análise da grafia da língua Kiriri presente na gramática do Padre Luiz Vicencio Mamiani com os remanescentes indígenas existentes no povoado Mirandela, município de Ribeira do Pombal-BA. Com esse estudo, Bandeira consegue perceber semelhanças quanto à grafia da língua Kiriri identificadas pelo padre jesuíta ainda presentes no grupo estudado.

Através das obras apresentadas é perceptível notar como os jesuítas conseguiram efetivar a sua política de catequese. Tornaram-se hábeis na principal forma de manipulação das crenças dos gentios ao estabelecer a comunicação que passou a ser feita através da língua nativa. Essa observação não visa defender a figura do colonizador e negligenciar o massacre da cultura indígena. É óbvio que, ao passo que a colonização alcançava seu êxito, a população gentílica ia sendo dizimada. Tal fato teve grande participação dos irmãos de Jesus que contribuíram para essa destruição no ponto crucial, isto é, na desarticulação dos costumes locais e na indução ao inserir os dogmas cristãos.

Com a efetiva organização das missões, os grupos indígenas deixaram muitas vezes suas antigas tribos para se fixarem em aldeamentos, locais esses que incorporavam tribos diversas e as fixavam no mesmo espaço alterando as relações culturais, as crenças, a forma de adquirir alimento. Esse impacto entre duas culturas completamente incompatíveis resultou numa mescla de valores, ou seria melhor dizer,

⁴BACELLAR, José da Motta. Relação abreviada da Cidade de Sergipe Del rei, Povoações, Vilas, Freguesias e suas denominações pertencentes à mesma Cidade e sua Comarca. IHGB. APUD: NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1996. p. 200.

na extinção dos antigos conceitos. Os trabalhos pautados no encontro dos dois mundos abordam o etnocentrismo europeu, as alterações na cultura indígena e ainda a formação dos espaços coloniais. Para esse estudo, o foco é a efetiva catequese pautada na edificação do templo religioso, isto é, a Igreja de Nossa Senhora do Socorro. Essa é, dentre as “novidades” trazidas pelos padres da Companhia de Jesus para o Geru, a de grande relevância. Esse objeto ainda está presente na mentalidade da população local e percebe-se que apesar de extinta, a missão permeou o universo simbólico e a efetiva organização posterior da vila (hoje cidade).

Convém ressaltar que nesse período Manuel da Nóbrega já havia questionado o projeto inicial de catequese através das suas obras já mencionadas. Dessa forma, é possível que a atuação jesuítica na Capitania de Sergipe tenha sido elaborada de acordo com esta nova perspectiva acerca da forma de inculcar na população indígena a necessidade de viver sob a “proteção” dos irmãos de Jesus, com base na propagação do medo. Como essa ordem tinha sua base pautada principalmente na obediência, deveria existir também uma certa regularidade no modo de organizar e pensar as missões. Os trabalhos referentes ao assunto não mencionam como a política jesuítica foi executada na referida Capitania, diferente dos estudos das missões na região do Prata⁵, onde a mentalidade dos inicianos é bastante discutida e amplamente relacionada à documentação existente.

Quando a colonização da Capitania de Sergipe Del Rey foi iniciada, em 1575, a Companhia de Jesus já havia adquirido experiência nos vinte e seis anos atuando na colônia portuguesa. O plano de catequese contava com as novas formas de conversão dos gentios, como já foi discutido anteriormente. No que se refere à aldeia do Geru, de 1683, ela pode ser inserida nas últimas décadas da presença dos jesuítas antes da expulsão determinada.

Com essa breve reflexão acerca das formas de atuação dos jesuítas na colônia portuguesa percebemos que, após quase cento e cinquenta anos, da elaboração do Plano de Conversão do Gentio, obra em que Nóbrega tenta reorganizar a dinâmica da conversão nas missões, o processo de catequese ainda se encontrava em construção. Com os registros de êxitos e fracassos relatados nas cartas remetidas a Roma ou nos

⁵ Para entender como os estudos na região do Prata estão abordando a concepção política da Companhia de Jesus pode se consultar a obra de EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 2000. Outros trabalhos pautados na mesma linha são: QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000. OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. **História e arte guarani: interculturalidade e identidade**. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.

documentos enviados ao governo local⁶, com sede na Bahia podemos discutir como efetivamente esse processo se tornou modelado a partir da dinâmica de cada localidade. Na aldeia do Geru, foram identificados três discursos de conversão. Esses três instrumentos, de acordo com Leite⁷, foram produzidos pelo padre Luiz Mamiani della Rovere. São eles o catecismo kiriri, a gramática e, ainda, foi responsável pela construção do templo religioso da aldeia.

O catecismo foi encomendado pela ordem, e só foi concluído vinte e cinco anos depois, elaborado graças, de acordo com o autor, aos seus doze anos de observação do comportamento, dos hábitos, dos costumes e da pronúncia das palavras. Uma observação que não era apenas para entender e falar, mas para chegar à raiz da língua. Isso nos mostra que o estudo das populações era constante, e cada gesto, cada palavra e, principalmente, a forma como era pronunciada era então anotada. Essa observação também passava por outro processo, o da comparação. Mamiani relata que na observação procurava fazer a relação com a sua sociedade, com o que lhe era familiar. De acordo com Mamiani já existiam outros catecismos, mas de outras línguas, não havia um para os kiriris⁸, “hum prodígio aos primeiros Missionarios do mundo, que faraõ os Apostolos, pareceo que já tem tempo de fe copor hum Catecismo também na língua Kiriri para facilitar aos novos Missionarios a conversão desses bárbaros.”⁹

Na obra Mamiani salienta os empecilhos encontrados no processo de elaboração do material, de acordo com o autor, a língua kiriri tem muitas especificidades e, por conta disso, os missionários tinham dificuldades, mesmo com os seus apontamentos, tanto na pronúncia como na escrita. Antes de iniciar a oração o padre apresenta advertências quanto ao uso da língua “vulgar”:

Para usar com propriedade desse Catecismo, e para ter entendido dos Indios, He muito necessario saber pronunciar os vocabulos, e para isso

⁶ Muitos desses relatos são encontrados na coleção publicada pela Biblioteca Nacional intitulada Documentos Históricos.

⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945. p. 326.

⁸ Contudo observamos que nos idos e 1709 o padre capuchinho Bernard de Nantes já havia publicado um catecismo Kiriri. Esse é um indicio de que haveria peculiaridades específicas nos discursos apresentados e por isso uma nova publicação. Em nenhum momento na introdução da obra Mamiani faz referência ao catecismo de Nantes. Não sabemos precisar a quantidade impressa e como foi feita a distribuição desse material que foi oferecido ao rei de Portugal do período Dom João V.

⁹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Catecismo da Doutrina Christã na Lingua Brasilica da Nação Kiriri**. Lisboa. (Edição fac-similar), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Mamiani, Luiz Vincencio. 1942 [1698]. s/n.

declararei aqui brevemente umas regras necessárias, relervado o mais para a Arte da língua(...)¹⁰

Os empecilhos nessa árdua tarefa são apresentados no início da obra que se encontra dividida em três partes. Na primeira são apresentadas as orações e os princípios de fé. A segunda é composta pelos mistérios da fé, os mandamentos, os sacramentos e o que todo o Cristão é obrigado a saber. Por fim, na terceira parte, identificamos algumas instruções que devem servir aos padres.

Não é possível apresentar a recepção dessa obra perante a comunidade jesuítica ou se extrapolou os limites da ordem. Possuímos apenas indícios que constam no próprio catecismo, são as licenças e ordem que autorizam a publicação do material. É assinada por três padres. O primeiro é o padre Antônio de Barros, que no dia 2 de maio de 1697, na aldeia de Santa Tharefa, relata que não há nenhum problema, apenas observa a contribuição trazendo luz para “salvação das almas”, pois “poderão agora ser melhor doutrinadas nos mistérios da nossa Santa Fé”¹¹.

O padre João Matheus Fallesto, na missão de Nossa Senhora do Socorro, no dia 27 de maio de 1697, relata que a obra facilitará a comunicação entre os missionários e os índios, como também será útil na instrução e na salvação dos gentios. Destaca a língua local, o kiriri, como sendo de pronúncia bárbara, mostrando que é digno imprimir para os bons costumes da Ordem. O último a autorizar a publicação é o padre Alexandre de Gusmão, do colégio Jesuítico da Bahia. Sua autorização é lavrada no dia 27 de junho de 1697. Além dessas três autorizações, existem outras três lavradas em Lisboa, pelo Santo Ofício, pelo Ordinário e pelo Paço.

Já na gramática o padre Mamiani, de forma exaustiva, descreve cada pronome, como devem ser organizadas as frases além da pronúncia de cada fonema. O discurso de conversão encontra-se, na gramática, diluído nas formas práticas de como pronunciar e compreender as palavras. Falar a língua do indígena era de suma importância para poder, não só apresentar os dogmas Cristãos, como também para que o padre conseguisse entender a confissão do pecados. Por fim, a outra forma de educar, é o templo construído com orago Nossa Senhora do Socorro.

¹⁰ MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Nação Kiriri**. Lisboa. (Edição fac-similar), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Mamiani, Luiz Vincencio. 1942 [1698]. s/n.

¹¹ MAMIANI, Luiz Vincêncio. **Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Nação Kiriri**. Lisboa. (Edição fac-similar), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Mamiani, Luiz Vincencio. 1942 [1698]. s/n.

Os limites do território do Brasil colonial foram redefinidos durante o século XVIII. Inicialmente pelo primeiro Tratado de Utrecht (1713), a partir daí a França reconhece a exclusividade do governo português na navegação do rio Amazonas. Em seguida, no segundo Tratado de Utrecht (1715) a colônia do Sacramento passa a ser reconhecida como possessão portuguesa pelos espanhóis. A questão foi retomada em 1745 quando, com o Tratado de Limites de Madri, ficou determinado o princípio do *uti possidetis*, reconhecendo como critério a ocupação efetiva. Dessa forma foi invalidado o Tratado de Tordesilhas e a Espanha trocou a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões. Contudo, o acordo não foi aceito pelos inácianos que não aceitaram a ocupação das missões pelos portugueses. Isso gerou conflitos denominados de Guerras Guaraníticas. Com isso, Pombal¹² se negou a entregar a Colônia do Sacramento para a Espanha, anulando assim o Tratado de Madri.

Essa questão dos limites gerou uma série de ações do governo português para com sua colônia na América. O Marquês de Pombal procurou reorganizar a economia, a administração e, principalmente, a política. Dentre as medidas tomadas destacam-se *“levantamentos cartográficos e formação de comissões de limites, proibição de exportação de negros, criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, organização das quatro capitanias subalternas ao Grão-Pará e Maranhão (...)”* (FLEXOR, 2000, p. 559).

Já dentre as atitudes adotadas pelo Conde de Oeiras com relação aos jesuítas, podemos destacar a determinação do português como língua oficial em detrimento da língua local desenvolvida na educação dos indígenas, em 1757 foi retirado o papel de confesores aos jesuítas, tendo estes sido substituídos nessa tarefa por padres da confiança de Pombal, sendo também responsável em 1759 pela expulsão dos membros da Companhia de Jesus das colônias portuguesa. Em setembro do mesmo ano foi

¹² Em 1699 nasce Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Sebastião José era o mais velho de doze irmãos dos quais sobressaíram dois pela atuação na política: Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1779), fiéis colaboradores do irmão. Em setembro de 1758, D. José I é vítima de um atentado, quando este regressava numa carruagem ao Palácio. Muitas pessoas foram presas, dentre os quais indivíduos da alta aristocracia, como os membros da família Távora, o Duque de Aveiro e o Conde de Atouguia, bem como alguns jesuítas, acusados de cumplicidade. Os presos foram sentenciados, em 12 janeiro de 1759 e condenados aos crimes de lesa-majestade, traição, rebelião contra o rei e contra o Estado. Foi determinada a execução do Duque de Aveiro e dos marqueses de Távora, implicados no atentado contra o rei, como também o confisco dos bens do Duque de Aveiro, dos marqueses de Távora e da Companhia de Jesus. Após a condenação dos culpados, como forma de compensação, por parte de D. José I, Sebastião José recebe o título de Conde de Oeiras pela sua grande intervenção contra os que participaram no atentado do próprio monarca. Enquanto que o título de Marquês de Pombal só foi concedido a Sebastião José em 1769.

editada a Carta de Lei para a proscricção, desnaturalizaçãõ e expulsãõ dos jesuítas dos domínios portugueses. A justificativa adotada para acabar com as missões foi o enriquecimento dessas localidades bem como a desobediência dos padres às autoridades civis e militares. Após a expulsãõ, Pombal inicia uma nova política de ocupaçãõ e povoamento das antigas missões.

Através do Alvará de 8 de maio de 1758, ordenou a elevaçãõ dos aldeamentos a condiçãõ de vila, tanto nas localidades administradas pelos jesuítas como nas de outros religiosos. Isso ocorre também com a aldeia do Geru, situada na freguesia de Campos do Rio Real, na Comarca de Sergipe Del Rey. O Ouvidor Miguel de Ares Lobo de Carvalho foi encarregado de elevar a dita missãõ à categoria de vila com o nome de Nova Távora. Por ordem do Conselho Ultramarino, Carvalho foi também encarregado pela elevaçãõ das aldeias Pombal, Mirandela, Canabrava, Morcegos e Nossa Senhora do Socorro. Em 24 de abril de 1759 o Ouvidor da Comarca de Sergipe foi ordenado a mudar o nome da vila para Nova Tomar.¹³

Fontes Impressas

ANCHIETA, José de. *Primeiros aldeamentos na Bahia*. Rio de Janeiro, Serviço de Documentaçãõ do Ministério da Educaçãõ e Saúde, 1946.

DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. LXIV. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1944.

LEITE, Serafim (org.). *Cartas dos primeiros Jesuítas no Brasil (1538-1553)*. São Paulo: Comissãõ do IV centenário da Cidade de São Paulo, 3 vols, 1954-57.

MAMIANI, Luiz Vincêncio. *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da naçãõ Kiriri*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.

_____. *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Naçãõ Kiriri*. Lisboa. Ediçãõ fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1942 [1698].

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

Referência Bibliográfica

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial – 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 [1907].

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasãõ: ensaios sobre o barroco*. Traduçãõ de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1986].

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Traduçãõ de Andréa Dore; revisãõ técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006.

¹³ COLÔNIA, Índios, maço 603, caderno 15. Dossiê sobre aldeamento e missões indígenas (1758-1759). Instruçãõ para criaçãõ de vilas. s/d. Arquivo Público do Estado da Bahia

- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. 2 vols. 3. ed. ampliada. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Os kiriris de Mirandela: um grupo indígena integrado*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1972
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2006 [2000].
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 – Artes de fazer*. Tradução de Epraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994 [1980].
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990 [1982].
- EISENBERG, José. *As missões jesuítas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1986].
- GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUILLEMOU, Alain. *Os jesuítas*. Tradução de Fernando Melo. Lisboa: Europa-América, 1977.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760)*. Lisboa: Edições Brotérica; Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953.
- MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: Edusp, 1997 [1975].
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1988.
- NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006 [1989]
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *História e arte guarani: interculturalidade e identidade*. Santa Maria: Editora UFSM, 2004.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. 2. ed. Brasília: EBRESA, 1971.